



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

192

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003348-90.2014.8.17.0000 (0331882-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ FÉLIX DE LIMA SANTOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: FAGNER ALLYSSON DE MEDEIROS DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. PACIENTE EM LIBERDADE. PEDIDO PREJUDICADO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE PROVAS A RESPEITO DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE DA ANÁLISE APROFUNDADA DAS PROVAS NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. CRIME EM TESE QUE SERÁ APRECIADO POR OPORTUNIDADE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Concedido o benefício de liberdade provisória pelo juízo a quo, resta evidente a prejudicialidade do writ, em razão da perda do objeto do presente pedido.
2. O trancamento de ação penal e habeas corpus somente é possível quando demonstrado que a conduta descrita na peça acusatória não constitui fato típico, o que não ocorre com o presente pedido.
3. A culpabilidade do paciente somente poderá ser apreciada por oportunidade da instrução do processo, momento apropriado para se avaliar com profundidade a consistência das provas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0003348-90.2014.8.17.0000 (0331882-1) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, julgar prejudicado o pedido de liberdade provisória e, denegar a ordem requerida no que tange ao pedido de trancamento da ação penal, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Relator



194

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003348-90.2014.8.17.0000 (0331882-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ FÉLIX DE LIMA SANTOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: FAGNER ALLYSSON DE MEDEIROS DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelos bacharéis José Félix de Lima Santos Filho e Demóstenes e Silva Meira em favor do paciente **Fagner Allysson de Medeiros do Nascimento**, onde requer a revogação da prisão preventiva e o trancamento da ação penal por ausência de justa causa, apontando-se, para tanto, como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes - PE.

Fundamenta a pretensão à ordem, declarando que o paciente foi preso em flagrante na Cidade de Jaboatão dos Guararapes em decorrência do cometimento da infração prevista no art. 157, §2º, II c/c art. 70, ambos do CPB em concurso material com o do art. 244-B do ECA, estando à disposição da autoridade coatora nos autos do processo de nº 0003420-72.2014.8.17.0810.

Argumenta que a vítima inicialmente reconheceu o paciente como sendo o autor do delito. Posteriormente a mesma vítima se arrependeu e foi a cartório declarar que o paciente não foi o autor do delito imputado.

Aduz por fim, que não há justa causa para o prosseguimento da ação, devendo a mesma ter seu curso trancado liminarmente.

Requerem, portanto, os impetrantes, o trancamento da ação penal em virtude do paciente não ter participado de qualquer conduta delituosa, não existindo qualquer elemento indiciário que aponte como sendo o autor do delito ora analisado. Sendo assim, padece de justa causa a persecução penal, visto que a acusação está carente de suporte probatório.

Foram juntados documentos de fls. 14/139.

195
Às fls. 146/147 consta Decisão Interlocutória indeferindo o pedido de liminar.

Consta das informações prestadas pela autoridade coatora, às fls. 157, que foi deferida a liberdade provisória do paciente, mediante o cumprimento das medidas cautelares conforme decisão de fls. 176/177.

O Douto Procurador de Justiça, em parecer às fls. 182/188, opinou pela prejudicialidade do pedido de liberdade do paciente, em face da decisão do magistrado *a quo* e pela denegação da ordem, relativamente ao pedido de trancamento da ação penal, porquanto o caso *jub judice* implica o exame aprofundado de provas, o que refoge ao âmbito do *habeas corpus*.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

196

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003348-90.2014.8.17.0000 (0331882-1)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSÉ FÉLIX DE LIMA SANTOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: FAGNER ALLYSSON DE MEDEIROS DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador (a).

Fundamenta a pretensão à ordem, declarando que o paciente foi preso em flagrante na Cidade de Jaboatão dos Guararapes em decorrência do cometimento da infração prevista no art. 157, §2º, II c/c art. 70, ambos do CPB em concurso material com o do art. 244-B do ECA, estando à disposição da autoridade coatora nos autos do processo de nº 0003420-72.2014.8.17.0810.

Aduz que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP, não havendo indícios suficientes de autoria, já que a vítima inicialmente reconheceu o paciente como sendo o autor do delito e posteriormente a mesma vítima se arrependeu e foi em cartório declarar que o paciente não foi o autor do delito imputado.

Pugna igualmente, pelo trancamento da ação penal, por ausência de justa causa.

Consta das informações prestadas pela autoridade coatora, às fls. 157, que foi deferida a liberdade provisória do paciente, mediante o cumprimento das medidas cautelares conforme decisão de fls. 176/177.

Assim, encontrando-se o paciente em liberdade, não se pode falar em constrangimento ilegal ao seu direito de ir e vir, conseqüentemente, há que se reconhecer a perda do objeto do presente *writ*, segundo entendimento da jurisprudência pátria:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FLAGRANTE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE

FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ORIGEM. ORDEM PREJUDICADA.

197

1. Concedido o benefício de liberdade provisória pelo tribunal a quo, resta evidente a prejudicialidade do writ, em razão da perda do objeto do presente pedido.

2. HC extinto sem exame de mérito. (STJ, HC 96737/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJE 18/08/2008).

Desse modo, não há constrangimento ilegal a ser sanado por via de *habeas corpus*, ficando PREJUDICADO por efetiva perda de objeto, tendo em vista o paciente já se encontrar em liberdade.

Com relação a pretensão de trancamento da ação penal por falta de justa causa, tenho que não deve prosperar, pois como se sabe o *habeas corpus* não é instrumento hábil para se discutir de forma aprofundada a comprovação de autoria criminosa, uma vez que havendo indícios de autoria, devem as provas ser apuradas por oportunidade da instrução processual com a amplitude de defesa.

Assim, como já é entendimento pacífico nos tribunais, para que haja o trancamento da ação penal via *habeas corpus*, necessário se faz que a denúncia descrevesse um fato que, em tese, não constituísse crime, ou seja, atipicidade da conduta, extinção da punibilidade ou de forma inequívoca ficasse comprovada a inocência do acusado.

Porém, se o paciente é culpado ou não pelo crime ora analisado, isto somente poderá ser apreciado por oportunidade da instrução do processo, momento apropriado para se avaliar com profundidade a consistência das provas, segundo entendimento deste Tribunal:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA E DE CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA. TRACAMENTO DA AÇÃO PENAL AUSÊNCIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. É cediço que a via estreita do *habeas corpus* não comporta dilação probatória, pelo que o trancamento da ação penal só poderá ser admitido se restar, devidamente, comprovado, na impetração que os elementos que dão suporte a denúncia não correspondem ao tipo penal imputado ao paciente - Ordem denegada. Decisão Unânime".(HABEAS CORPUS DE Nº 101025-3, DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO, CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL. 08/01/2004, 14:00, nº DJ: 11 data da publicação: 20/01/2004).

No mesmo sentido entende o Procurador de Justiça ao afirmar:

"na situação *sub examine*, observa-se que há indícios suficientes de autoria, para o prosseguimento da ação penal, colhidos durante o inquérito policial. Já a prova cabal da autoria do ilícito por parte do acusado é matéria que demanda o exame minucioso das provas carreadas as autos do processo de origem, o que é inviável no curso da instrução criminal." (fls. 187)

Desta forma, por todo o exposto, tem-se que em sede de *habeas corpus* não é permitida a discussão de provas como quer o paciente no seu pedido do trancamento da ação penal. Sendo assim, seria demasiadamente precipitado o trancamento da ação penal, pois não ficou demonstrado, de plano, a atipicidade da conduta do paciente, tendo em vista que a tese veiculada no presente *Writ* reclama uma maior dilação probatória.

Posto isso, e em consonância com o contido no parecer do Douto Procurador de Justiça, meu voto é no sentido de julgar prejudicado o pedido em relação à revogação do decreto preventivo, e denegar a ordem no tocante ao trancamento da ação penal, devendo o feito prosseguir com a instrução criminal.

É COMO VOTO.